

CAS e CCJ discutem restrições à propaganda de cigarro e álcool

As comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizam hoje, a partir das 10h, audiência pública para debater limitações ao uso e à propaganda de produtos danosos à saúde, como bebidas alcoólicas, cigarros, medicamentos e defensivos agrícolas

PÁGINA 5

Plenário vota imposto menor sobre a farinha de trigo

PÁGINA 3

CAE avalia programação monetária do 4º trimestre

PÁGINA 5

Parlamentares examinam com Everardo receitas para 2001

PÁGINA 3

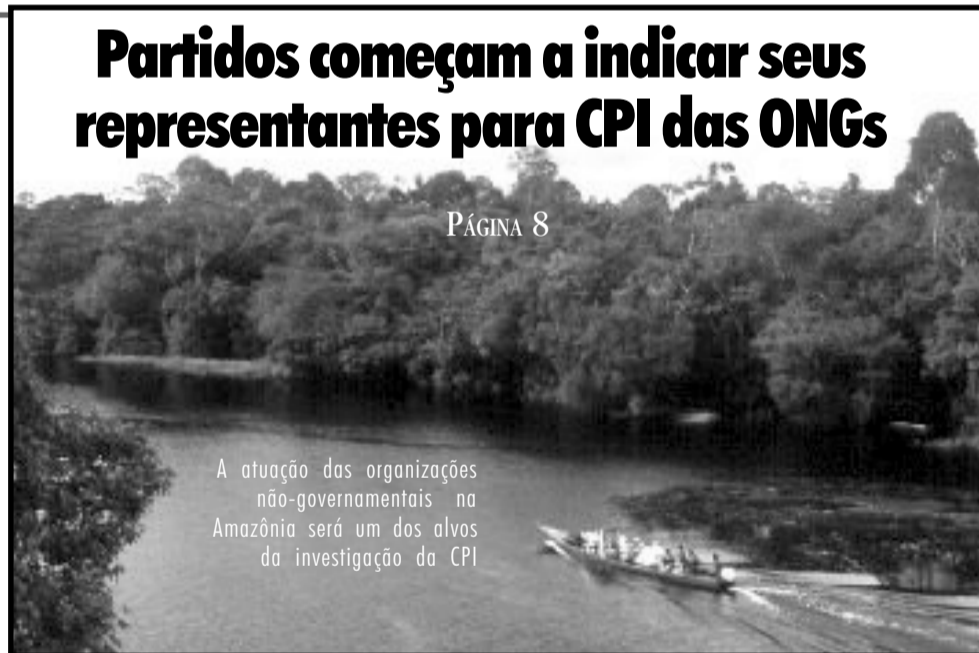
CE analisa projeto que pune pais de alunos faltosos

PÁGINA 4

Partidos começam a indicar seus representantes para CPI das ONGs

PÁGINA 8

A atuação das organizações não-governamentais na Amazônia será um dos alvos da investigação da CPI



Antonio Carlos quer prioridade para FGTS e salário mínimo

PÁGINA 2

Para ACM, é preciso melhorar o mínimo e definir a reposição das perdas do FGTS antes de dar reajuste para os servidores



Álvaro Dias apelou aos líderes partidários para que indiquem logo os representantes



INTEGRANTES DA CPI DO FUTEBOL PODEM SER CONHECIDOS NESTA SEMANA

Ainda nesta semana, poderão ser conhecidos os membros da CPI que vai apurar irregularidades no futebol brasileiro, disse ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Ele adiantou que cumprirá o Regimento e fará as indicações que os partidos deixarem de fazer.

PÁGINA 4

Para ACM, salário mínimo e FGTS têm prioridade

Presidente do Senado diz que só depois de resolver essas duas questões se poderá pensar em reposição das perdas de 11,98% que os servidores públicos tiveram com a conversão da URV para o real

Só depois da reposição das perdas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) com os planos Verão e Collor I, e do estabelecimento de um salário mínimo "decente", se poderá pensar em reposição das perdas de 11,98% que os servidores públicos tiveram com a conversão da URV (Unidade Real de Valor) para o real em 1994. A opinião é do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

O senador pretende conversar com as lideranças partidárias, inclusive as da oposição, a respeito dessa tese. E disse que aguarda apenas o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, marcar a data, para reunir-se com as centrais sindicais e debater o modo como os parlamentares poderão contribuir para definir um aumento real do mínimo no ano que vem, e também para es-

tabelecer um cronograma que permita ao governo pagar de forma escalonada os R\$ 43 bilhões das perdas do FGTS.

Antonio Carlos quer definir com as lideranças um acordo de inclusão de verbas orçamentárias específicas para essas finalidades, e que não seja votado crédito suplementar ao Judiciário para pagamento dos 11,98% antes de se garantir um mínimo decente e a maneira de pagar a reposição das perdas do FGTS.

— Quando o Supremo Tribunal Federal fala, tudo acaba, e democraticamente temos que aceitar as decisões da última instância do Judiciário. Mas, neste caso, o Supremo está sendo ultrapassado por órgãos inferiores — afirmou.

O Tribunal Superior Eleitoral e o Superior Tribunal de Justiça concederam a reposição a seus servidores.



Antonio Carlos sugere não votar crédito suplementar ao Judiciário para pagamento dos 11,98%

Antonio Carlos espera vitórias no segundo turno

Na avaliação do senador Antonio Carlos Magalhães, as últimas pesquisas sobre a disputa pelas prefeituras do Recife e de Curitiba refletem os resultados obtidos pelo PT no primeiro turno, e ainda serão revertidas, com chances de vitória para o PFL nas duas cidades.

— Confesso que as pesquisas me surpreenderam. Elas representam a euforia da vitória do PT nos grandes centros em 1º de outubro. Acredito que a poeira vai baixar, e que o resultado será modificado — disse.

Ele ressaltou que o candidato do PFL no Recife, Roberto Magalhães, deixou de ser reeleito no primeiro turno por apenas quatro centésimos dos votos: "É uma coisa que pode acontecer", frisou.

Antonio Carlos advertiu que o PT ganhou uma grande responsabilidade junto com as vitórias nas urnas: "Se suas administrações falharem, o lucro obtido agora será perdido".

O senador confirmou ter em mãos um dossiê sobre o uso da máquina administrativa nas eleições da Bahia, e informou que aguarda a volta do exterior do ministro da Saúde, José Serra, para divulgá-lo:

— Segundo seus assessores, ele volta em uma semana. Se demorar, ponho tudo na Internet — disse, referindo-se ao site que recebe denúncias de irregularidades na saúde.

Senador afirma que dinheiro ilícito custeou produção de fitas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que a produção de fitas de vídeo contendo versão editada de seu debate com o presidente do PMDB, Jader Barbalho (PA), sobre denúncias de corrupção, foi um expediente desonesto, no qual teria sido utilizado "dinheiro ilícito". As fitas foram distribuídas na Bahia nos últimos dias, sendo 95 delas entregues a Antonio Carlos pelos próprios destinatários. Todas haviam sido postadas em Brasília, em 29 de setembro, com remetente falso, e serão apagadas e encaminhadas a escolas públicas.

— Esse tipo de coisa não pega mais e provocou a repulsa das pessoas, que me mandaram as fitas. Só serviu para demonstrar que os baianos estão solidários comigo — declarou Antonio Carlos.

O senador explicou que as fitas só contêm seu primeiro discurso sobre o assunto — que caracterizou como "light" — e omitem sua resposta à intervenção de Jader, na

qual alinhou a maior parte das acusações. Ele afastou a hipótese de que tenham sido produzidas pelo PT, que "não faz isso, nem tem dinheiro para isso; é coisa de gente rica". Também disse que o gabinete de Jader garantiu que o material não foi remetido pelo senador do Pará.

— É um expediente pouco sério e mostra, pelo gasto feito, que não é produto de dinheiro lícito. Não posso acusar A nem B, mas foi coisa daqueles que usaram na campanha aviões de pessoas que fazem serviços de terceirização para ministérios e para a Câmara — afirmou, admitindo que o deputado Eunício Oliveira (PMDB-CE) seria uma das pessoas que teriam usado avião na campanha de forma indevida.

O senador comentou ainda a sucessão na presidência do Senado. Disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso não fechou questão sobre o assunto, salientando "que não é mais senador para envolver-se no problema".



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

11h — Recebe Fernando Perrone, presidente da Infraero
11h30 — Recebe Paulo Machado de Carvalho, presidente da Abert
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 87/99, que altera dispositivo da Constituição federal (parágrafo 8º do art. 144 — constituição de guardas municipais); quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 88/99, que altera os artigos 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional; PDL nº 196/2000, que aprova o Acordo por Troca de Notas entre o Brasil e os Estados Unidos para o fornecimento de material de defesa; PLS nº 17/2000, que autoriza a criação da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) e do Programa Especial de Desenvolvimento do Polo Petrolina (PE) e Juazeiro (BA); PR nº 27/2000, que estabelece alíquota do ICMS nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo; Pareceres nºs 939, 940, 941, 942 e 943, de 2000, que submetem os nomes de Jerson Kelman, Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior, Laura Sérgio de Figueiredo, Ivo Brasil e Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas para diretores da Agência Nacional de Águas; Requerimento nº 468/2000, da senadora Emilia Fernandes, solicitando tramitação conjunta do PLC nº 12/2000 com o PLS nº 133/99; Requerimento nº 469/2000, do senador José Fogaça, solicitando tramitação conjunta dos PLSs 370/99 e 145/2000; e Requerimento nº 503/2000, da senadora Heloisa Helena, solicitando tramitação conjunta dos PLSs nºs 123/99 e 33/2000.

COMISSÕES

10h — Reunião Conjunta das comissões de Assuntos Sociais e Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: audiência pública para instrução do PLC nº 47/2000, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. Convidados: representantes das associações Brasileira de Agências de Publicidade, Nacional de Jornais e Brasileira de Anunciantes; do coordenador-geral do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Alcool e Drogas da Universidade de São Paulo, Arthur Guerra de Andrade; do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel; e Josaphat Marinho e Marcelo Cerqueira. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: entre outros, Mensagem nº 176/2000, que encaminha ao Senado a Programação Monetária para 4º trimestre de 2000; PLS nº 617/99, altera o caput do artigo 2º do Decreto-Lei nº 9.760/46, atualizando o conceito de terrenos de marinha; PLS nº 683/99, que regulamenta a prestação de informações ao Banco Central, para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito; PLS nº 153/2000, que cria instrumento de redistribuição do Fundo de Participação dos Estados para antes da Federação que cumpram todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 505/99, que inclui conteúdos de Educação Ambiental nos currículos da educação básica e superior; PLS nº 140/2000, que denomina Rodovia Otávio Corrêa de Melo trecho da BR-401 (RO); PLC nº 26/2000, altera dispositivos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e PDLs aprovando atos de renovação de concessão e de outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

15h — CPI de Roubo de Cargas

Pauta: discussão do calendário 2000/2001. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

PREVISÃO PLENÁRIO

Quarta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 87/99; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 88/99; substitutivo ao PR nº 134/99, altera a Resolução do Senado nº 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações; PLC nº 17/2000, acrescenta parágrafo ao art. 22 da Lei nº 8.212/91, dispensando as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa; PLC nº 21/2000, que altera o Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), a Lei nº 1.079/50 e o Decreto-Lei nº 201/67; PDL nº 184/95, que aprova renovação da concessão à Rádio Alto Piranhas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média em Cajazeiras (PB); PDL nº 68/2000, que aprova permissão à Agreste Comunicações para serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Nova Cruz (RN); PDL nº 116/2000, que aprova renovação da permissão à Rádio Caiobá para serviço de radiodifusão sonora em Curitiba (PR); e Requerimento nº 499/2000, do senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 7/92 e 26/2000.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário vota redução do ICMS sobre farinha

Osmar Dias afirma que o produto sofre carga tributária elevada, com reflexos no preço do pão. Senadores também examinam criação da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina (PE) e Juazeiro (BA)

O Senado vota hoje projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que reduz de 12% para 7% a alíquota de ICMS cobrada nas operações interestaduais com farinha de trigo. Referindo-se à elevada carga tributária que pesa sobre a farinha produzida no Brasil e aos reflexos disso no preço do pão, Osmar Dias considera urgente a redução da alíquota.

O senador explica que o imposto que mais pesa no preço da farinha de trigo é o ICMS, tributo da competência dos estados, que só pode ser reduzido com aprovação unânime das unidades da Federação. Reconhecendo o quanto é difícil obter-se essa unanimidade, o senador aponta seu projeto como a solução mais eficaz, porque reduz apenas a alí-

quota cobrada nas operações interestaduais, assunto da competência do Congresso.

Também hoje, o Senado delibera sobre projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE) que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) e a instituir um programa especial para o crescimento da região. O objetivo de Freire é a integração e o crescimento da região, que compreende ainda os municípios de Orocó e Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco, e de Casa Nova, Curaçá e Sobradinho, na Bahia.

Em decisão secreta, o Senado vota mensagem enviada pelo presidente da República esco-



Projeto de Roberto Freire tem o objetivo de estimular o desenvolvimento do pólo Petrolina e Juazeiro

lhendo Jerson Kelman para exercer o cargo de diretor-pre-

sidente da Agência Nacional de Águas, com mandato de cinco anos. Decide também sobre outras quatro mensagens presidenciais, designando para diretorias da mesma agência Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior, Lauro Sérgio de Figueiredo, Ivo Brasil e Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas.

O Plenário delibera ainda sobre acordo firmado entre o Brasil e os Estados Unidos para o fornecimento de material de defesa norte-americano. Relator da matéria na Co-

missão de Relações Exteriores, o senador José Fogaça (PMDB-RS) disse que o acordo atende à necessidade de manter no Brasil equipamentos sob contratos de *leasing* que estão terminando, o que obrigaria sua devolução aos EUA.

Ainda hoje, os senadores voltam a discutir, pelo terceiro dia e em primeiro turno, duas propostas de emenda constitucional — a do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que permite às guardas municipais proteger a população e os logradouros públicos, além de bens, serviços e instalações municipais; e a do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que reduz apenas a atos de natureza política as hipóteses de sessão conjunta do Congresso.

PIB menor leva Congresso a rever previsão de superávit primário

O anúncio do IBGE de que o Produto Interno Bruto (PIB) de 1999 ficou em R\$ 960,8 bilhões, um número R\$ 22,5 bilhões menor que o esperado pela equipe econômica, está levando as consultorias de Orçamento do Congresso a rever os valores do superávit primário (que exclui gastos com juros) previsto no Orçamento da União para 2001. A mesma revisão de PIB deve ocorrer neste ano, uma vez que o resultado de um exercício tem influência nos subsequentes.

Como o valor do superávit é um percentual do PIB (2,25% em 2001), só a revisão já anunciada pelo IBGE significará cerca de R\$ 500 milhões a menos nas necessidades de dinheiro do governo para o próximo ano. O superávit primário projetado na proposta orçamentária de 2001 é de R\$ 28,1 bilhões.

As consultorias de Orçamento vêm examinando outros pontos da previsão de receitas da União em 2001, pois existem indícios de que há arrecadação subestimada, principalmente de contribuições de empresas, conforme afirmações do relator-geral do Orçamento, senador Amir Lando (PMDB-RO). Os

técnicos do Congresso têm dedicado atenção especial à arrecadação da CPMF, principalmente porque o governo vem conseguindo vitórias seguidas na Justiça contra empresas e pessoas que haviam obtido liminares para não depositar a contribuição. Quem perde na Justiça tem de fazer o depósito da contribuição imediatamente.

No reexame da arrecadação, o Congresso deixará de fora R\$ 1,4 bilhão colocado pelo Executivo no Orçamento de 2001 como "receita condicionada" à cobrança de previdência dos inativos federais. O relator-geral, apoiado pelo comitê de parlamentares que examina as receitas, decidiu retirar esse dinheiro do orçamento, por considerar que dificilmente ele chegaria a ser arrecadado no próximo ano — a mudança vem sendo discutida pelos deputados e, se aprovada, ainda será submetida ao Senado. Além disso, sua vigência dependeria de uma lei fixando o percentual da contribuição dos inativos.

Por decisão da Comissão Mista de Orçamento, neste ano o Con-

gresso só examinará as despesas, com a apresentação de emendas dos parlamentares (para mudar gastos de lugar ou acrescentar até R\$ 1,5 milhão para cada deputado ou senador), depois de aprovado o relatório parcial do senador Amir Lando sobre receitas. Nos anos anteriores, receitas e despesas eram discutidas ao mesmo tempo e, quase sempre, os gastos cresciam além do previsto. O objetivo da mudança é permitir a elaboração de um projeto orçamentário o mais próximo possível da realidade, evitando que o presidente da República faça grandes vetos ou contingenciamentos de verbas.

Parlamentares avaliam com Everardo receitas para 2001

A disponibilidade de recursos federais para 2001 será o tema de um debate entre seis parlamentares da Comissão Mista de Orçamento e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, às 11h de hoje. Eles conversarão sobre o mesmo tema, às 15h, com o secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Waldeimar Giomi.

Os dois senadores e quatro deputados que integram o Comitê de Avaliação de Receita pretendem obter, com os dois encontros, subsídios para uma projeção realista da arrecadação nacional para o próximo ano. Somente após a reestimativa de receitas de 2001, que estará prevista em relatório preliminar a ser apreciado até o final do mês, é que a comissão passará a discutir possíveis mudanças nos gastos da União no ano que vem.

As reuniões dos seis parlamentares com Everardo e Giomi antecedem as audiências públicas que devem ocorrer ainda neste mês, na comissão, com os



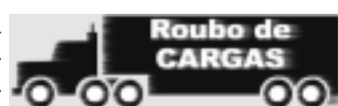
Everardo Maciel conversa hoje com seis integrantes da Comissão de Orçamento

ministros do Planejamento, Martus Tavares, e da Fazenda, Pedro Malan.

O relatório preliminar sobre o Orçamento da União para 2001 será divulgado no dia 18 pelo relator-geral do projeto, senador Amir Lando (PMDB-RO), e votado pela Comissão Mista de Orçamento no dia 31. Somente depois disso será aberto o prazo para apresentação de emendas à proposta por deputados e senadores.

Reunião administrativa define visitas a estados

A Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investiga o roubo de cargas faz hoje uma reunião administrativa com o objetivo de organizar a pauta de trabalho. Será a primeira



reunião após as eleições municipais, e nela deve ser estabelecida a data da primeira visita dos parlamentares da CPI a um estado da Federação. O primeiro da lista é São

Paulo, onde ocorrem 68% dos roubos de cargas do país. Em seguida, a CPI irá ao Maranhão.

Presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a CPI teve seu prazo de funcionamento ampliado por mais um ano.

CE analisa hoje projeto que combate evasão escolar

Diretores de escolas devem apresentar ao juiz e ao Conselho Tutelar, a cada dois meses, a lista dos alunos com 25% de faltas. Pais que não assegurarem presença dos filhos podem ser processados por abandono intelectual dos dependentes

A reunião da Comissão de Educação (CE) marcada para hoje, às 11h30, vai analisar projeto de lei da Câmara que institui novos mecanismos destinados a combater a evasão escolar no Brasil. A relatora, senadora Emília Fernandes (PDT-RS), é favorável à proposta, de autoria da deputada Miriam Reid (PDT-RJ), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

De acordo com o projeto, os diretores de escolas devem apresentar, a cada dois meses, a lista dos alunos com 25% de faltas ao juiz e ao Conselho Tutelar. A partir desse relatório, os juízes devem entrar em contato com as famílias para avaliar o problema e definir normas de conduta. Se os pais não cumprirem a determinação judicial, podem ser enquadrados por crime de abandono intelectual.

A CE, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), também deve apreciar, entre os dez itens da pauta, projeto de lei do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que dá o nome de Luiz Otávio Corrêa



Emília Fernandes apresentou parecer favorável à proposta

de Melo ao trecho da rodovia BR-401, entre os municípios de Bonfim e Normandia, em Roraima. O homenageado, falecido em 1992, foi prefeito de Normandia por duas vezes e, segundo o autor da proposta, "político de postura invejável, por todos respeitado". A matéria pode ser aprovada pela CE em caráter terminativo, de acordo com a sugestão do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO).

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Outra proposta que tramita terminativamente na CE é o projeto de lei da ex-senadora Luzia Toledo, que inclui conteúdos de educação ambiental nos currículos da educação básica e do ensino superior. A senadora Marina Silva (PT-AC), encarregada de dar parecer, sugere o arquivamento da matéria.

Sete projetos de decreto legislativo que aprovam os atos para renovação de permissões e concessões de emissoras de rádio AM e FM de diversos estados completam a pauta da CE.

Heloísa Helena quer cota de livros e revistas em braile

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) comunicou ao Plenário ontem a apresentação de projeto que obriga as editoras a utilizarem o alfabeto braile em 0,5% da produção de livros e revistas de grande circulação nacional. A proposição, segundo ela, visa beneficiar os mais de 145 mil deficientes visuais existentes no país, possibilitando o acesso dessa parcela da população à produção e ao conhecimento didático, literário, acadêmico ou científico.

As editoras, de acordo com o projeto, terão um prazo improrrogável de três anos, a partir da publicação da lei, para viabilizar o cumprimento do que dispõe a legislação. Caso as empresas não cumpram os prazos estabelecidos pela lei, estarão proibidas de comercializar e distribuir seus produtos por um período de seis meses, sendo a suspensão



Heloísa: deficientes precisam ter acesso ao conhecimento

dobrada em caso de reincidência.

No mesmo pronunciamento, a senadora por Alagoas fez novo apelo à Mesa para que modifique uma resolução do Senado, com o objetivo de permitir que os senadores possam imprimir, dentro da cota de publicações dos gabinetes, fornecida pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações, pelo menos 100 exemplares em braile. Ela argumentou que, para se editar uma centena de qualquer publicação para os deficientes visuais, o parlamentar tem que abrir mão de 25 mil edições normais.

— Milhares de deficientes visuais gostariam de acompanhar a vida em sociedade, a produção literária e acadêmica do nosso país, mas não conseguem. E só terão oportunidade de fazer isso se produzirmos publicações também em braile — enfatizou Heloísa Helena.



Álvaro Dias pede aos líderes que indiquem membros de comissão

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) fez um apelo aos líderes partidários para que indiquem os senadores que participarão da CPI do Futebol. O início das atividades da comissão parlamentar de inquérito requer a definição de pelo menos metade dos seus membros. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem de manhã que os nomes de todos os membros poderão ser conhecidos ainda esta semana. Ele garantiu que cumprirá o Regimento e fará as indicações que não forem realizadas pelos partidos.

Autor do requerimento de instalação da CPI, Álvaro Dias opinou que ela poderá oferecer respostas a vários questionamentos levantados pela opinião pública. "Reduzindo o índice de corrupção no esporte, contribuiremos para o aquecimento da economia, o aumento da geração de empregos e o crescimento da renda e da receita pública, fatores indispensáveis para a melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros", afirmou.

Destacando o apoio da população à CPI do Futebol, Álvaro Dias informou que, em pesquisa feita na noite de domingo, 82% dos telespectadores do programa

ma *Bola na Rede*, da Rede TV!, apresentado pelo jornalista Juca Kfourri, responderam à enquete apostando no sucesso da comissão parlamentar de inquérito. "Essa expectativa da sociedade aumenta a responsabilidade do Senado", observou o senador.

Para Álvaro Dias, o esporte é uma atividade econômica essencial, gerando 400 milhões de empregos e movimentando cerca de US\$ 280 bilhões em todo o mundo, dos quais US\$ 32 bilhões apenas no Brasil, de acordo com pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas, em 1997.

"O fato de a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) já re-

sistir há algum tempo à instalação de uma CPI na Câmara é um sintoma das irregularidades, das falcatruas e da corrupção no setor, estimuladas pela impunidade que grassa no país", disse Álvaro Dias.

No final da tarde de ontem, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, confirmou ter recebido ligações do presidente de honra da Fifa, João Havelange, e do atual presidente da CBF, Ricardo Teixeira. Os dois já deram declarações à imprensa contra a instalação da comissão. Mas o ex-presidente da CBF, Giulite Coutinho, se prontificou a prestar depoimento.

DENÚNCIAS

Álvaro Dias enumerou as principais denúncias relativas ao futebol brasileiro a serem investigadas pela CPI:

- Sonegação das contribuições para a Previdência Social. Segundo o governo, os clubes e federações devem R\$ 150 milhões à Previdência. O Flamengo deve R\$ 20 milhões, o Fluminense R\$ 9 milhões, o Palmeiras R\$ 7 milhões, entre outros.
- A Receita Federal afirma haver sonegação fiscal feita por jogadores, técnicos, clubes e empresas ligadas ao futebol. Multas já foram aplicadas. O senador defende a punição para desestimular a prática.
- O Banco Central (BC) revelou irregularidades nas vendas de jogadores para o exterior, com negociações feitas sem registros cambiais correspondentes no Brasil. Entre 92 e 98, os valores superaram US\$ 100 milhões, segundo cálculos do BC.
- Há indícios de lavagem de dinheiro.
- Há denúncias de depósitos em nome de jogadores feitos em paraísos fiscais, especialmente nas ilhas Virgens Britânicas.
- Há denúncias de irregularidades no contrato entre a CBF e a Nike.

"CPI deve sugerir mudanças para coibir abusos"

Menos corrupção no esporte significará crescimento econômico no setor, mais geração de empregos, mais renda e receita pública, afirmou ontem o senador Álvaro Dias em resposta às afirmações de que o

Senado deveria se dedicar a "assuntos mais sérios", em vez de fazer uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre irregularidades no futebol. Segundo a Fundação



Para Álvaro Dias, falta transparência ao futebol brasileiro

Getúlio Vargas, os esportes movimentam US\$ 32 bilhões anuais no Brasil — o futebol corresponde a 60% do total. — A importância econômica e social do futebol para o crescimento do Brasil justifica a realização de uma CPI — afirmou.

Na opinião do senador, não há transparência na gerência do futebol brasileiro, nem verificação pública das contas. "Uma desorganização só, e isso interessa à desonestidade",

observou.

Álvaro Dias destacou que a CPI não será apenas investigativa. Deverá, ao fim dos trabalhos, propor mudanças na legislação para coibir os abusos encontrados e sugerir formas de garantir uma organização mais competente. Na opinião do representante do Paraná, o primeiro resultado positivo da CPI foi a criação de uma comissão na Câmara dos Deputados para analisar o contrato entre a CBF e a Nike. Desde o ano passado, o deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP) vinha tentando aprovar a CPI.

Restrição à propaganda de fumo é tema de debate

Audiência sobre projeto que limita o anúncio de produtos derivados do tabaco será realizada às 10h pelas comissões de Assuntos Sociais e de Justiça. Representantes de associações de jornais e de emissoras de rádio e TV participam da discussão

Os integrantes das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúnem-se hoje, a partir das 10h, para debater a restrição ao uso e à propaganda de fumo, bebidas alcoólicas, medicamentos e defensivos agrícolas. A reunião conjunta foi solicitada pelos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Moreira Mendes (PFL-RO), para auxiliar na apreciação de projeto que trata do tema. A proposta, do Executivo e já aprovada pela Câmara, tramita em regime de urgência nas duas comissões.

Participam da audiência pública – a ser realizada na sala 9 da Ala Alexandre Costa – conjunta diversas autoridades e especialistas no assunto, além de representantes dos setores diretamente afetados pelo projeto. Na lista de participantes, estão incluídas as agências de publicidades, jornais, rádios e TV. A presença do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, já está confirmada, como a do jurista e ex-senador Josaphat Marinho.

Devem também participar dos debates o professor Arthur Guer-



José Roberto Arruda

Moreira Mendes

ra de Andrade, coordenador-geral do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas da Universidade de São Paulo (USP), representantes do Ministério da Saúde, Associação Nacional de Jornais (ANJ), Associação Brasileira de Anunciantes (ABA) e Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), além do presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar).

O projeto, elaborado pelo Ministério da Saúde, José Serra, proíbe a publicidade de produtos do tabaco e derivados, bebidas alcoólicas, medicamentos e agrotóxicos em jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão, independentemente do ho-

rário de veiculação.

A matéria é relatada pelo senador Arruda e foi aprovada na Câmara mediante substitutivo do relator, deputado Jutahy Júnior (PSDB-BA), que acatou as argumentações do Ministério da Saúde de que as medidas até agora adotadas pelo país, como as advertências nas programações e nas propagandas das revistas, não foram capazes de provocar uma queda nos índices de consumo desses produtos.

Se a proposta for aprovada, também serão proibidas as propagandas que relacionem o hábito de fumar a atividades esportivas ou que usem imagens de crianças. A distribuição gratuita de amostras de cigarros e bebidas fica vedada em escolas ou em locais públicos. As multas para os que infringirem a legislação poderão variar de R\$ 5 mil a R\$ 100 mil, aplicadas conforme a capacidade econômica do infrator. Amanhã, as duas comissões voltarão a se reunir, dessa vez com o ministro Serra, para continuar o debate sobre a matéria.

CAE analisa programação monetária do 4º trimestre

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina hoje, a partir das 10h, a programação monetária para o quarto trimestre de 2000. A matéria recebeu parecer favorável do senador Bello Parga (PFL-MA). A programação, conforme afirma Parga em seu parecer, favorece a estabilidade de preços, sendo condizente, a seu ver, com a política de aumento do crédito e de redução entre as taxas de captação e de aplicação de dinheiro. Com relação aos juros básicos da economia, o senador diz que devem se manter estáveis. A programação monetária é enviada ao Senado pelo Executivo a cada três meses para ser examinada pela CAE e votada pelo Plenário.

Na mesma reunião, a comissão também analisará projeto que obriga as instituições integrantes do sistema financeiro nacional e a Secretaria da Receita Federal a fornecerem informações ao Sistema Central de Riscos de Crédito do Banco Central. A proposta faz parte dos dez projetos apresentados pela CPI do Sistema Financeiro, realizada

no ano passado pelo Senado.

O relator da matéria, senador Osmar Dias (PSDB-PR), é favorável à aprovação da matéria. O projeto, observou, tem por finalidade modernizar o sistema financeiro nacional e evitar abalos resultantes de clientes que promovem sucessivas operações em vários bancos, “em um processo de alavancagem que acaba por comprometer a capacidade de solvência”.

Os senadores da comissão também vão examinar projeto do senador José Jorge (PFL-PE) que estende às fontes renováveis de energia, inclusive as eólicas (produzida pela força dos ventos), os mesmos benefícios concedidos às pequenas centrais hidrelétricas. Atualmente, essas pequenas empresas recebem uma redução de pelo menos 50% no valor do pedágio de transmissão e distribuição de eletricidade.

Faz parte ainda da pauta da comissão projeto da ex-senadora Luzia Toledo que cria medidas destinadas ao equilíbrio do desenvolvimento nacional e do bem-estar da população



Bello Parga elaborou parecer favorável à programação elaborada pelo Executivo

brasileira. A proposta estabelece uma espécie de pacto de cooperação entre os governos federal, estaduais e municipais visando à redução das desigualdades regionais e ao combate à exclusão social.

A CAE deve apreciar também projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que isenta os desempregados e cidadãos de baixa renda da taxa de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Estão ainda na pauta o projeto que inclui na tarifa de energia elétrica, exceto da zona rural, o custo de consumo destinado à iluminação pública e a proposta do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que torna obrigatório o seguro de garantia para os compromissos das administradoras de consórcio.

Paulo Hartung quer redefinir a extensão das áreas de propriedade da União



Comissão vota projeto sobre normas para terrenos de marinha

O estabelecimento de normas mais claras para a administração e destinação social dos terrenos de marinha foi defendido ontem pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES), autor de projeto de lei sobre o tema a ser votado hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Hartung fez apelo aos integrantes do colegiado para que aprovem o projeto em caráter terminativo. A proposta já tem parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Hartung afirmou que, com a intenção de aperfeiçoar o texto, manteve diálogo com o governo, que apresentou emendas ao projeto. Segundo disse, são quatro emendas acatadas e que garantem o retorno da faixa de marinha aos 33 metros originais e a utilização da preamar média (distância entre a maré baixa e a alta) do ano 2000, ao invés da preamar de 1831, como determina o decreto que regulamenta a matéria.

As emendas também prevêm a transferência para os municípios, dentro dos limites constitucionais, da responsabilidade de legislar sobre a destinação dos imóveis. Além disso, permitem que o produto da arrecadação seja destinado ao abatimento do estoque de dívidas junto à União e possibilitam a inclusão dos imóveis ocupados irregularmente entre os que serão transferidos aos municípios.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que o pro-

blema atinge quase todos os estados, pois os terrenos de marinha também estão localizados às margens de rios e lagos. Tebet defendeu o projeto de Hartung e apontou “a necessidade de se colocar ordem na questão”, pois abusos estariam sendo cometidos. “É preciso uma legislação que proteja situações definidas, como a dos pescadores e pequenos agricultores.”

Paulo Hartung destacou a motivação de natureza econômica que norteou, desde o Império, a manutenção dos terrenos de marinha. Segundo ele, com o crescimento urbano, existem hoje em várias capitais inúmeras construções e prédios edificadas em áreas distantes centenas de metros da praia, mas que por força da histórica preamar média de 1831 são classificados como terrenos de marinha.

– Sob a ótica do cidadão, fica difícil explicar que o imóvel pertencente à sua família por muitas gerações nunca foi efetivamente dela. É um pouco daquele herdeiro, que só tem direito de uso, e um pouco da União. Na verdade, se algum agente da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) se dignasse de explicar aos moradores dessas áreas o parâmetro que define o seu imóvel como terreno de marinha, provavelmente teria que apontar para algum prédio e afirmar: ali era mar em 1831 – assinalou Hartung.

Iris Rezende pede urgência para reforma que combata vícios políticos

Preocupado com as “práticas retrógradas e perniciosas” reveladas nas últimas eleições, senador afirma que a democracia brasileira não se aprofundará com o atual sistema político

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) defendeu ontem, em discurso no Plenário, a imediata apreciação da reforma política pelo Congresso Nacional, classificando a medida como urgente e necessária. Ele ressaltou que o pleito deste ano revelou vícios e velhos procedimentos que constroem a essência democrática, e disse que este é o momento ideal para que o Congresso estabeleça um calendário de debates sobre a reforma política, de forma que as mudanças possam vigorar nas próximas eleições.

Iris Rezende afirmou que a legislação atual favorece práticas retrógradas e perniciosas, clientelismo e interesses cartoriais, e ressaltou que a democracia brasileira, tão duramente conquistada,



Iris considera inadivável o financiamento público de campanhas, para combater abusos do poder econômico

não se aprofundará com o atual sistema político. Ele disse considerar imprescindível uma nova legislação eleitoral que fortaleça os partidos.

– Deve haver partidos realmente fortes, que funcionem de maneira orgânica e não permitam que suas estruturas sejam guiadas por interesses pessoais – afirmou o senador, para quem

deve ser coibida a criação de legendas que brotam ao sabor das conveniências e depois são alugadas ou vendidas.

FIDELIDADE

O senador defendeu, ainda, novas regras para coligações proporcionais e a fidelidade partidária, punindo com a perda de mandato os que mudam de sigla depois de eleitos. Ele quer também

mudanças na imunidade parlamentar, protegendo apenas o exercício político do mandato, já que “a imunidade não pode funcionar como anteparo à prática de ilícitos comuns”.

Iris Rezende considera inadivável a implantação do financiamento público das campanhas, que diminuirá o abuso do poder econômico, distribuindo recursos de maneira equilibrada. Outro ponto defendido por ele é a adoção do voto distrital misto.

O senador pediu, ainda, uma investigação sobre denúncia de eleitores de Goiás de que, em alguns municípios, ao digitarem o número de seus candidatos a prefeito, não viram aparecer na tela o nome e a fotografia do candidato, como devia ter acontecido.



José Fogaça: tolerância e respeito à multiplicidade cultural e à democracia

Fogaça espera respeito à democracia na Iugoslávia

O senador José Fogaça (PMDB-RS) manifestou ontem, em Plenário, o desejo de que o novo presidente da Iugoslávia, Vojislav Kostunica, seja um representante da tradição iluminista européia, sabendo governar com tolerância e respeito à multiplicidade cultural e à democracia. O novo presidente assumiu o poder após o levante em Belgrado, que destituiu o ditador sérvio Slobodan Milosevic.

Analisando a situação de permanente tensão existente entre os países dos Balcãs, Fogaça atribuiu os conflitos que têm assolado a região à ausência de representantes do pensamento liberal. Na antiga Iugoslávia, analisou o senador, foram extirpados os pensadores identificados com o Iluminismo, que, seguindo a tradição de Rousseau, Voltaire e Diderot, conceberam o Estado moderno. “O resultado é o constante estado de guerra, em que se impõem filosofias antidemocráticas”, sustenta.

Para o senador, o grande desafio dos governantes deste século é o de administrar as diferenças e lutar pela convivência entre os povos, mesmo que culturalmente distantes. No caso iugoslavo, ele apontou como razões os 400 anos da invasão turco-otomana – que teria plantado entre os eslavos as sementes do ódio étnico e religioso – e a localização geográfica, onde há confluência de culturas e povos. José Fogaça salientou, porém, que a situação, por si, não seria suficiente para a deflagração de tantas guerras, caso prevalecesse a tradição iluminista.

O senador recordou ter apoiado a intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), que repeliu a ação dos sérvios na província iugoslava de Kosovo, no ano passado.

Alcântara rejeita contestação a resultados das eleições

Ao analisar, ontem, os resultados das eleições municipais, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) criticou a decisão de candidatos perdedores que tentam contestar na Justiça, “sem nenhuma base ou fundamento”, os resultados oficiais divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral. O senador classificou a atitude como “irresponsável e perigosa” e afirmou que ela chega a colocar em risco a democracia.

Alcântara citou fatos verificados no último pleito, em vários estados, em que candidatos e eleitores se revoltaram contra os resultados das urnas. O senador disse que, sem nenhum indício concreto e com afirmações genéricas, eles refutaram os dados dos tribunais regionais eleitorais e chegaram até a quebrar e queimar o fórum de uma cidade no interior do Pará.

Na avaliação de Lúcio Alcântara, dois motivos levaram à revolta candidatos e eleitores perdedores. O primeiro foi a verdadeira guerra de pesquisas, sobretudo no seu



Lúcio Alcântara aponta descrédito das pesquisas eleitorais

estado, o Ceará, com a “fabricação e manipulação” de números e gráficos eleitorais, muitas vezes realizados por institutos “inidôneos e picaretas”. Ele explicou que, publicadas pela imprensa, essas pesquisas induziram candidatos e eleitores a falsas expectativas. Com a divulgação dos resultados, acrescentou, vieram as frustrações e a contestação no Judiciário.

O resultado disso, segundo o senador, será o descrédito das pesquisas na próxima etapa eleitoral. “As pessoas vão passar a descreditar nas pesquisas, mesmo que elas estejam sendo feitas por institutos sérios”, avaliou o senador.

O segundo motivo, na opinião de Lúcio Alcântara, foi a rapidez na divulgação dos resultados oficiais, que causou muita surpresa aos candidatos. Com a adoção do sistema eletrônico de votação, explicou, evitou-se a lentidão e a manipulação na transcrição dos votos depositados nas urnas, o que permitia a utilização das fraudes eleitorais.

Nabor Júnior destaca vitória de coligação em Rio Branco

Ao comentar o resultado das eleições no Acre, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) considerou a campanha “memorável e cívica” e classificou a vitória do candidato da coligação PPB, PMDB e PFL, Flaviano Melo, na disputa pela prefeitura de Rio Branco, como “consagrada e importante para a formação do Acre forte, renovado e mais justo que os acreanos sempre procuraram construir”.

Segundo Nabor, a democracia não permite o poder absoluto, nem admite donos da verdade, exigindo uma oposição aos poderosos que seja leal e franca, como tem sido sempre a sua norma de conduta. “Se continuarem a tratar-me como inimigo, nada poderei fazer, pois não pretendo modificar meu comportamento de várias décadas: agir com lealdade, serenidade e firmeza, pois é assim que o povo do Acre sempre age”, afirmou.

Ele elogiou o papel desempenhado pelos jornalistas do Acre



Nabor Júnior considerou campanha em Rio Branco “memorável e cívica”

durante a campanha eleitoral, em especial a conduta daqueles que não se alinharam com o governador do Acre, Jorge Viana, do PT, e mantiveram atitude de isenção e equilíbrio, mesmo sofrendo intervenção, como aconteceu com a TV Rio Branco, que várias vezes teve suas atividades suspensas. “Demonstrando solidariedade com a emissora, os anunciantes não exigiram compensação pela falta de transmissão de suas mensagens nos períodos em que a TV ficou fora do ar.”

ARTIGO

Nabor citou artigo publicado no jornal *A Gazeta* em que o jornalista Moreira Jorge afirma: “Não disseram aos petistas que os tempos são outros, não comportando ataque à honra do adversário, nem perseguição contra a mídia. O que ficou para a opinião pública é que Jorge Viana mandou tirar a emissora do ar apenas por criticá-lo”. Nabor Júnior pediu que o artigo fosse incluído nos Anais do Senado.



A mostra, no Anexo II do Senado, pode ser vista até sexta-feira, entre 9h e 16h

Exposição mostra telas abstratas de 11 artistas

Foi inaugurada ontem, no saguão do Anexo II do Senado Federal, a exposição *Quadro ao Quadrado*. São 42 telas abstratas de 11 artistas: Ana Catarina, Aninha Guimarães, D'Re, De La Torre, Helena Andrade, Kiku Ishitani, Lourenço de Bem, Malu Giavoni, Ldanezy, Sy Fiori e Tereza Silva. A exposição estará no saguão até sexta-feira, dia 13. Visitas podem ser feitas entre 9h e 16h.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Agenda Econômica* – Sérgio Moreira, presidente do Sebrae, fala sobre as pequenas empresas
7h30 – *Entrevista* – Senador Alvaro Dias faz uma avaliação das eleições
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – PCN – Matemática – Inventando estratégia de cálculos
9h – *Cores do Brasil* – Pernambuco
9h30 – *Entrevista* – Paulo César Camarão, diretor de Informática do TSE, faz uma avaliação das eleições –
10h – Reunião Conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
Logo após – Comissão de Educação (gravado)
13h30 – *Agenda Econômica* – Sérgio Moreira, presidente do Sebrae, fala sobre as pequenas empresas
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após: Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
19h30 – *Agenda Econômica* – Sérgio Moreira, presidente do Sebrae, fala sobre as pequenas empresas

21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
10h – Sessão Conjunta das comissões de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Marina Silva cobra ações para combater a pobreza

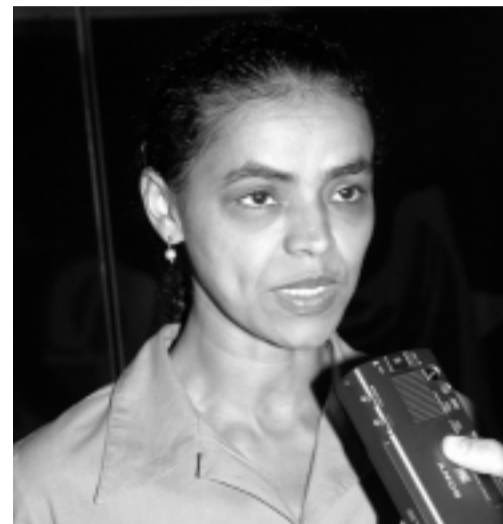
Conforme a senadora, o governo do presidente Fernando Henrique ainda não apresentou resposta adequada contra a miséria no país

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso não apresentou ainda resposta adequada aos “crescentes índices de pobreza no país” e nem realizou políticas emergenciais e mudanças estruturais que poderiam erradicar o problema. Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), citada pela senadora, revelou que entre 1998 e 1999 mais 3,1 milhões de brasileiros passaram a viver abaixo da linha de pobreza. Ela sugeriu a adoção de amplos programas de educação, de reforma agrária e de geração de emprego e renda.

Marina fez um paralelo entre o regime militar e o atual governo, lembrando que o ex-ministro Delfim Netto afirmava ser preciso primeiro fazer “o bolo da riqueza crescer” para somente depois dividi-lo.

– FHC diz que primeiro é necessário se obter a inserção do Brasil no processo de globalização, para depois se conseguir a inclusão social dos pobres e indigentes do país – disse.

O pronunciamento de Marina recebeu aparte do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA),



Marina Silva: dados do Ipea mostram que mais brasileiros estão vivendo abaixo da linha de pobreza

que considerou irrisório o montante previsto pelo projeto de Orçamento de 2001 para o Fundo de Combate à Pobreza, aprovado no Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados. Antonio Carlos ressaltou, no entanto, ser esse o primeiro passo para combater a miséria. “Mais importante é assegurar, no Orçamento para 2001, recursos para dar um salário mínimo decente ao trabalhador e exigir, do governo, um cronograma para o pagamento da correção do FGTS devida aos assalariados”, observou.

Marina Silva considerou a proximidade da votação da propos-

ta orçamentária o momento adequado para discutir o problema da pobreza. Ela também lamentou que o trabalho dos senadores, ao aprovarem o Fundo de Combate à Pobreza, tenha resultado na previsão de apenas R\$ 4 bilhões anuais, pelo projeto de Orçamento, para programas de combate à miséria.

Também em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o valor foi exigência do ministro da Fazenda, Pedro Malan, sob a argumentação de que o presidente Fernando Henrique Cardoso vetaria qualquer proposta superior a esse montante.

Júlio Eduardo, do Partido Verde, assume hoje cadeira no Senado

Júlio Eduardo Pereira, do Partido Verde (PV), assume hoje uma cadeira no Senado Federal em decorrência da licença para tratamento de saúde da senadora Marina Silva (PT-AC), de quem é suplente. Júlio Eduardo será o primeiro integrante do PV a ocu-

par uma vaga no Senado.

Médico ginecologista, Júlio Eduardo tem 41 anos, é casado e pai três filhos. Nascido no Rio de Janeiro, está radicado no Acre há 16 anos. Ele já foi vereador em Rio Branco, capital do estado, e suplente de deputado estadual.

Júlio Eduardo afirmou que trabalhará pela defesa das águas e da biodiversidade, da saúde integral da mulher. Defenderá também o reconhecimento, por parte da sociedade, da igualdade de direitos das mulheres e homossexuais.

Coral formado por 32 pessoas da terceira idade pode ser visto às 18h30

O coral Vozes do Outono, formado por 32 pessoas da terceira idade, apresenta-se hoje, às 18h30, no Senado. O grupo, criado em 1994 em Fortaleza (CE), já mostrou seu trabalho em várias cidades do Brasil, da América Latina e da Eu-

ropa, sempre sob a regência do maestro Potiguar Fontenelle. A responsabilidade técnica vocal é da maestrina, arranjadora e cantora Célia Cortez.

Estão no repertório músicas como *Gente Humilde*, de Vinícius de

Moraes, Chico Buarque e Garoto, *Love of My Life*, de Fred Mercury, *Fascinação*, de Marchetti e Ferandy, e *Ave Maria*, de Alberto Nepomuceno. A apresentação, gratuita, será no hall de entrada da Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho.

Ramez Tebet cobra combate à pesca predatória no MS

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) criticou ontem a falta de apoio do governo ao combate à pesca predatória no Mato Grosso do Sul. Ele lembrou que, embora a Constituição determine a responsabilidade do governo federal na defesa do pantanal mato-grossense, considerando patrimônio nacional, não há fiscalização ambiental eficiente na região e nem mesmo o Código de Pesca tem sido respeitado.

— A sociedade sul-mato-grossense reclama, com justiça, meios para coibir essa pesca predatória que está acabando com os peixes dos rios de nosso estado, portanto com aquilo que Deus nos deu — afirmou Tebet.

Ele reclamou também do turismo predatório, da falta de apoio para a exploração racional do turismo no estado, que tem em seu território dois terços do pantanal.



Tebet lamentou a demora na implantação de usinas termoeletricas em seu estado

O senador denunciou ainda a falta de uma política definida para o aproveitamento do gás boliviano que atravessa o estado em 722 km de canos enterrados.

Lembrando que ao comemorar os 20 anos de criação do estado, fez um discurso anunciando o gasoduto e a construção de usinas termoeletricas, Tebet disse que hoje não sabe dizer quando o governo federal implementará as usinas prometidas, que estão no programa Brasil em Ação, “mas não saem do papel”.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) ressaltou a sobrecarga da capacidade elétrica instalada no país e manifestou sua solidariedade a Tebet. Ele informou que no Maranhão deve ser iniciada rapidamente a construção das hidrelétricas de Serra Quebrada e de Estreito.

Jucá destaca importância da agricultura familiar no país

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou em discurso o *Novo Retrato da Agricultura Familiar — o Brasil Redescoberto*, publicação recém-lançada, em parceria do Incra com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O estudo mostra que, mesmo



Jucá elogiou governo por radiografia publicada sobre a agricultura familiar

dispondo de apenas 30% da área rural brasileira, a agricultura familiar responde por quase 80% da força de trabalho agrícola nacional.

— A edição é um primor em conteúdo e forma, além de prestar informações de extrema relevância para a implantação de uma eficaz política fundiária no país — disse o senador.

Conforme o trabalho, os agricultores familiares respondem pela contratação de quase 20% do total de empregados permanentes do Brasil. O levantamento também deixa claro que são enormes as diferenças regionais

existentes no país.

Enquanto na região Sul a agricultura familiar ocupa 84% da mão-de-obra utilizada na agricultura, no Centro-Oeste ela é responsável por 54%.

A região Nordeste se destaca com o maior número de agricultores familiares, abrigando mais de 2 milhões de propriedades, que ocupam 44% da área regional, mas ficando com apenas 26,8% do valor dos financiamentos.

Para o senador, o *Novo Retrato da Agricultura Familiar* sugere mudança de paradigma cultural no meio rural, uma mudança profunda na tradição rural brasileira fundada no grande latifúndio.

Romero Jucá atribuiu ao presidente Fernando Henrique o mérito de mudar o perfil estrutural da agricultura brasileira. “Sob o governo Fernando Henrique, a determinação pela reforma agrária nunca sofreu qualquer revés”, disse o senador.

Osmar Dias sugere MP para socorrer produtores rurais

Medida provisória permitiria reparar os prejuízos sofridos pelos agricultores do Centro-Sul com as últimas geadas

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) encaminhou ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso carta pedindo a edição de uma medida provisória em favor de pequenos agricultores. O senador defende a imediata liberação de recursos para os produtores rurais do Centro-Sul, que sofreram grandes perdas com as últimas geadas e não receberam o pagamento pelos seguros.

De acordo com o senador Osmar Dias, a Cosesp — única seguradora no Brasil que cobre a produção dos pequenos agricultores — não dispõe de recursos e não está pagando os sinistros. Como resultado, os produtores, endividados, estão impedidos de plantar. O governo federal se



Segundo Osmar Dias, o governo já editou MPs sobre “assuntos que não eram tão prementes”

comprometeu a socorrê-los, mas o fez através de um projeto de lei, o que, para o senador, não atende à necessidade de uma rápida liberação de créditos.

— Mesmo que o projeto seja

apreciado pelo Senado em regime de urgência, levará no mínimo 60 dias para ser aprovado.

Os pequenos agricultores não podem esperar tanto pela liberação desses recursos — afirmou Osmar Dias, dizendo-se surpreendido pela apresentação do projeto, que ocorreu ao tempo em que ele conversava com o governo sobre a possível edição da medida provisória.

Ele lembrou que em outras ocasiões foram editadas medidas provisórias sobre “assuntos que não eram tão prementes”. Osmar Dias também colheu, em Plenário, a assinatura do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que apoiou a iniciativa do senador paranaense.

PT e PFL indicam representantes para CPI que investigará as ONGs

Os senadores Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e Heloísa Helena (PT-AL) defenderam ontem a mais ampla investigação possível sobre a atuação das organizações não-governamentais (ONGs), objeto de comissão parlamentar de inquérito (CPI) a ser instalada pelo Senado.

O PT e o PFL, nessa ordem, foram os primeiros partidos a indicar membros para a CPI. Pelo PT, foi indicado o senador Tião Viana (AC). Ontem, o PFL enviou à Mesa do Senado os nomes dos indicados pelo partido: como titulares, os senadores Bernardo Cabral (AM), Mozarildo Cavalcanti, Moreira Mendes (RO) e Djalma Bessa (BA); como suplentes, os senadores Carlos Patrocínio (TO), Bello Parga (MA) e Maria do Carmo (SE).

Bernardo Cabral deverá presidir a CPI, informou Mozarildo. Os dois foram os responsáveis pela criação da comissão, que terá como um dos alvos principais a investigação do papel das organizações não-go-

vernamentais que atuam na Amazônia, segundo Mozarildo, “com risco para o meio ambiente, as comunidades indígenas e a soberania nacional”.

Apesar dessa ênfase, a CPI será um espaço para esclarecer também o que estão fazendo as ONGs em outras regiões. Conforme o senador, há denúncias sobre

entidades que recebem recursos públicos e doações, mas na verdade são empresas disfarçadas.

— A situação é grave na Amazônia, onde há ONGs até explorando comercialmente a imagem de índios e outras substituindo os hospitais públicos e as Forças Armadas na prestação de serviços de saúde à população — disse Mozarildo.

Embora considere mais impor-



Mozarildo Cavalcanti acredita que algumas ONGs ameaçam o meio ambiente e a soberania

tante neste momento uma CPI sobre as denúncias contra o ex-secretário da Presidência da República Eduardo Jorge, a senadora Heloísa Helena disse que a oposição procurará fazer da CPI uma oportunidade para apurar o que quer que exista de irre-

regular ou ilegal nas ONGs. Ela observou, entretanto, que muitas denúncias feitas contra ONGs são fruto da disputa política entre parlamentares e determinadas entidades ligadas à temática indígena.

— O que esperamos é que todas as ONGs denunciadas sejam investigadas, inclusive aquelas vinculadas diretamente à base governista — afirmou Heloísa.